



FEMINISMO antirracista & antifascista!

***mulheres do psol
em defesa da vida***

Cartilha de Mulheres do PSOL na Câmara
Março/Abril de 2022



EXPEDIENTE

PRODUÇÃO

Bancada do PSOL na Câmara

AUTORES

Áurea Carolina
Deise Benedito
Fernanda Melchionna
Luiza Erundina
Sâmia Bomfim
Talíria Petrone
Vivi Reis

REVISÃO

Madu Krasny
Mariane Andrade

FOTOS

Mídia Ninja
Michel Jesus/Câmara dos
Deputados
Divulgação/Sâmia Bomfim

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Erick Andrade

LIDERANÇA DO PSOL

Câmara dos Deputados
Anexo II, Piso Superior, Ala C,
Sala 116
61 3215 9836
lid.psol@camara.leg.br
psolnacamara.org.br





SUMÁRIO

24 APRESENTAÇÃO

**6 TRANSFORMAR O
#ELENÃO EM
#BOLSONARONUNCAMAI**

**8 OS 90 ANOS DO VOTO
FEMININO**

**10 MULHERES: INIMIGAS
NÚMERO 1 DO
BOLSONARISMO**

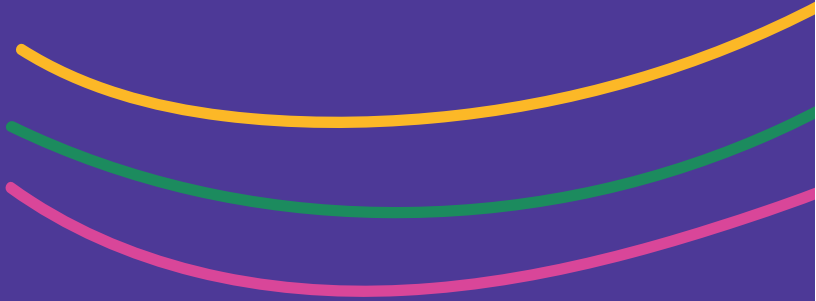
**12 NOSSA MATERNIDADE É
TRABALHO E POLÍTICA**

**124 A LUTA DAS MULHERES
AMAZÔNIDAS: EM DEFESA
DAS NOSSAS VIDAS E
TERRITÓRIOS**

**16 MULHERES CONTRA A
DESTRUIÇÃO: LIDERANÇA
FEMININA NO
ENFRENTAMENTO À
MINERAÇÃO EM MINAS**

**18 MULHERES NEGRAS E
VIOLÊNCIA POLÍTICA**

**20 INICIATIVAS DA
BANCADA DO PSOL NA
CÂMARA**



Apresentação



A vida das mulheres brasileiras nunca foi fácil. Mas nos últimos anos, além do enfrentamento ao machismo cotidiano, da luta por sobrevivência e por reconhecimento, se somou a necessidade de enfrentar um projeto de morte, misógino e conservador encarnado por Jair Bolsonaro na presidência do país.

São as profissionais de saúde, as mães solo, as professoras, as trabalhadoras domésticas, as mulheres trans e travestis, as LGBTQs, as mulheres negras e indígenas as principais faces do enfrentamento ao bolsonarismo. E é junto com elas e por essas mulheres que a nossa luta cotidiana no Parlamento se dá.

Esta cartilha é um esforço da bancada do PSOL, única na Câmara dos Deputados com a maioria feminina em sua composição, de refletir sobre a situação das mulheres no Brasil hoje e os desafios de construir um programa que as coloque como prioridade. As mulheres do PSOL estão presentes em cada luta cotidiana do nosso povo e nas trincheiras do Parlamento brasileiro, seja na fiscalização e denúncia do governo Bolsonaro, seja na apresentação de projetos em defesa das mulheres trabalhadoras.

Pela Vida das Mulheres!

Neste material, você encontrará um pouco do que pensam as parlamentares da nossa bancada e as mulheres do PSOL sobre alguns temas fundamentais: a luta das mulheres negras contra a banalização de violências e injustiças; o enfrentamento ao racismo e ao patriarcado; a luta das mulheres amazônidas, que estão resistindo ao Estado que passa a boiada por cima das florestas e amplia a violação dos direitos dos povos tradicionais; o reconhecimento da maternidade como um trabalho exaustivo e político e que deve ser reconhecido como tal; o papel das mulheres no enfrentamento à mineração e à exploração desenfreada do meio ambiente em nome do lucro; o combate à violência política, que diariamente impede diversas mulheres de disputarem espaços de poder; a importância dos 90 anos da conquista do voto feminino no Brasil; e a necessidade da derrota do governo machista, autoritário e misógino de Jair Bolsonaro.

Aqui você também vai encontrar as iniciativas da nossa bancada como os projetos apresentados na Câmara dos Deputados e as emendas parlamentares empenhadas em iniciativas de fortalecimento da luta das mulheres.

O PSOL seguirá na ponta de lança da luta pela vida das mulheres, por condições de vida dignas para as trabalhadoras e trabalhadores e espera contar com você nas ruas e nas redes para derrotar de vez a política do ódio e da morte e transformar profundamente a nossa sociedade.



Transformar o #EleNão em #BolsonaroNuncaMais

por **Fernanda Melchionna**

O Brasil vive uma das piores crises sociais, políticas e econômicas de sua história recente. Em todas as áreas, desmonte, abandono e devastação dos direitos por parte de um conjunto de criminosos que habita o Palácio do Planalto.

Não à toa, o Brasil perdeu mais de 650 mil vidas para a covid-19 e para o negacionismo de Bolsonaro, em que as mulheres foram as mais afetadas, principalmente as negras; o país está imerso num arrocho salarial, aumento da inflação e dos preços da luz, combustíveis, alimentos e gás de cozinha; a fome chegou a 20 milhões de pessoas. Sabíamos que Bolsonaro no poder significaria o aprofundamento da agenda econômica antipovo e da tentativa constante de fechar as liberdades democráticas. Bolsonaro, o filho mais podre do sistema, se vendeu como alguém de fora dele e se aproveitou da falência dos partidos burgueses e do vazio deixado pela centro-esquerda.

Mas, ao mesmo tempo em que esse governo opera retiradas de direitos e impõe dor

e luto, há também luta, solidariedade e resistência das mulheres, da juventude, dos negros e das negras, dos povos do campo e da floresta.



Tivemos o #EleNão, a maior manifestação feminista da nossa história, que garantiu um 2º turno nas eleições; o *Tsunami Da Educação*, quando os estudantes derrotaram os cortes de verbas de Weintraub; os atos #ForaBolsonaro, com fortes mobilizações do funcionalismo público, tão perseguido por esse governo privatista, além de protestos de profissionais de saúde, como a enfermagem – categoria majoritariamente feminina, imprescindível na luta para salvar vidas.

Ao mesmo tempo em que esse governo opera retiradas de direitos e impõe dor e luto, há também luta, solidariedade e resistência das mulheres, da juventude, dos negros e das negras, dos povos do campo e da floresta.

O Brasil reuniu uma vanguarda social anti-Bolsonaro com mais de 1 milhão de pessoas ativas, mas que infelizmente ainda é insuficiente para derrotá-lo, sobretudo em razão da aliança entre o governo antipovo e a burguesia brasileira e da acomodação da luta política somente ao calendário eleitoral por parte de grandes forças de oposição.

A esperança de derrotar esse projeto político assassino e o surgimento de novas

extremas-direitas deve estar na nossa capacidade de luta, no fortalecimento da auto-organização e mobilização popular e na defesa de um programa independente e anticapitalista que vá à raiz dos problemas e tenha no seu centro uma revolução econômica que enfrente o sistema financeiro. Isso somente uma esquerda radical e antissistema é capaz de defender.

Eles querem impor o aprofundamento da exploração capitalista, sem que haja nenhuma resistência dos de baixo. Até agora não conseguiram, e estou convencida de que não conseguirão. Agora é hora de se inspirar em quem lutou antes de nós. É o momento de unificar a dignidade insurgente e a rebeldia das mulheres, a garra da juventude, a capacidade de organização e resistência indígena centenária, o movimento antirracista, a comunidade LGB-QIA+, os servidores públicos, a classe artística, os profissionais da saúde, para dizer: Bolsonaro, nunca mais! Essa luta segue sendo a luta das nossas vidas, da nossa geração. É a nossa vez, é a nossa hora!



**FERNANDA MELCHIONNA É
BIBLIOTECONOMISTA E DEPUTADA
FEDERAL PELO PSOL RS.**

Os 90 anos do voto feminino!

por **Luiza Erundina**

Em 2022, nós, mulheres, celebramos os 90 anos da conquista do direito ao voto! Em 24 de fevereiro de 1932, o país assegurava às brasileiras o direito ao exercício pleno da sua cidadania política, após muitos anos de luta e reivindicações.

Aquilo significou, sem dúvida, uma das mais importantes vitórias para nós, mulheres: o direito de votar. Movimento iniciado pelas sufragistas, mas que permanece vivo até hoje, e vai além do direito ao voto e de ser votada. Passa também pelas condições de participação de mais mulheres nos espaços de decisão e de poder, de termos asseguradas cadeiras nos parlamentos, nos tribunais eleitorais e de justiça, de ocupar cargos de direção partidária. Enfim, algo que ainda caminha muito lentamente no nosso Brasil.

E não faltam razões para nos mantermos firmes nessa luta.

É verdade que tivemos avanços, mas ainda muito insuficientes. Na Câmara dos Deputados, por exemplo, somos 15% dos parla-

mentares eleitos, ainda que sejamos mais de 52% do eleitorado. A sub-representação no Congresso Nacional se reflete também nas Casas Legislativas do nosso país e se soma ainda à violência política de gênero, uma dura e triste realidade enfrentada pelas mulheres que ousam ocupar um espaço no Parlamento.

Na Câmara dos Deputados, por exemplo, somos 15% dos parlamentares eleitos, ainda que sejamos mais de 52% do eleitorado. A sub-representação no Congresso Nacional se reflete também nas Casas Legislativas do nosso país e se soma ainda à violência política de gênero.



Tudo isso, reflexo de uma tradição atrasada, com partidos políticos controlados majoritariamente por homens, exercendo a mesma cultura machista e patriarcal de tempos passados que impede a presença

de mulheres na política – sem contar o baixo investimento em candidaturas femininas que possa pôr fim ao enorme desequilíbrio entre homens e mulheres na representação política.

Os 90 anos do voto feminino celebrados este ano nos servem, porém, de alerta. Pois se avançamos tão pouco ao longo de quase um século, com baixa representação e pouco ou nenhum interesse dos “mandachuvas” para alterar tal quadro, precisamos agir com organização e disposição de luta para assegurarmos a soberania política do nosso povo, sobretudo das mulheres. Caso contrário, amargaremos um ou mais séculos até que esse enorme e profundo fosso que separa a presença de homens e mulheres no Congresso Nacional, e nas demais Casas Legislativas do Brasil, diminua de uma vez por todas.

Viva os 90 anos da conquista do voto feminino!



LUIZA ERUNDINA É ASSISTENTE SOCIAL E DEPUTADA FEDERAL PELO PSOL SP.

Mulheres: inimigas número 1 do Bolsonarismo

por **Sâmia Bomfim**

A vida das mulheres trabalhadoras no Brasil nunca foi simples. Sempre enfrentamos a misoginia arraigada na sociedade, ocupamos os mais precários postos de trabalho, encaramos a dupla ou tripla jornada, com as responsabilidades do extenuante trabalho reprodutivo, vivemos a violência racista do estado, que tira a vida de muitos filhos das mulheres periféricas.

Também é verdade que a situação das mulheres brasileiras, assim como do conjunto da classe trabalhadora, piorou significativamente. Atravessamos uma crise internacional multifacetada: econômica, política, social, ambiental, sanitária. Mas no Brasil, há o agravante de lidarmos com uma conjuntura devastadora e um genocida, misógino e incompetente como Bolsonaro no poder. Sua política neoliberal, de mãos dadas com a devastação causada pela pandemia, agrava a situação do povo trabalhador, intensificando o empobrecimento da população e a precarização da vida.

Hoje, muitas famílias, em especial aquelas sustentadas por mães solas, não têm condições nem mesmo de comprar uma cesta básica. Dar conta de pagar aluguel, comprar botijão de gás, pagar conta de luz e transporte é uma realidade muitas vezes inalcançável. Não à toa, 83% dos lares atendidos pelo programa Auxílio Brasil são chefiados por mulheres.

A luta das mulheres deve fazer a maré verde latino-americana tomar o Brasil e, a exemplo das chilenas, transformar a efervescência das ruas em transformação política.

A pandemia da Covid-19, além de assolar a situação social e econômica da população mais pobre e de escancarar a centralidade

das mulheres e de seu trabalho invisibilizado, evidenciou que nós somos aquelas que primordialmente lutam em defesa da vida. Seja na linha de frente da saúde pública, na ponta do atendimento nas unidades básicas; nos cuidados das crianças, idosos, pessoas com deficiência e enfermos; no combate à covarde violência de gênero; na organização de campanhas comunitárias de solidariedade contra a fome; ou no protagonismo da defesa da ciência contra o obscurantismo. É também por isso que somos nós, mulheres, as que mais rejeitam o projeto de morte do bolsonarismo.



Bolsonaro é inimigo número 1 das mulheres desde antes mesmo de se eleger presidente. Lutamos contra ele pelo fim da cultura do estupro. Construimos o maior ato feminista da história do país, o #EleNão. Somos a ponta de lança da luta contra o que o bolsonarismo representa no nosso país.

Temos certeza de que este enfrentamento seguirá com ainda mais força daqui pra frente. A luta das mulheres deve fazer a maré verde latino-americana tomar o Brasil e, a exemplo das chilenas, transformar a efervescência das ruas em transformação política. Queremos inverter radicalmente os valores dessa sociedade elitista e misógina, taxando as grandes fortunas, colocando a defesa da vida e do meio ambiente na frente dos lucros, enfrentando o fundamentalismo religioso e aqueles que fazem das nossas lutas e dos nossos direitos moeda de troca para as negociatas políticas. Estaremos na arena da política institucional, no terreno eleitoral e, principalmente, nas ruas para derrotar em definitivo o bolsonarismo.



SÂMIA BOMEIM É SERVIDORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO E DEPUTADA FEDERAL PELO PSOL SP

Nossa maternidade é trabalho e é política

por **Talíria Petrone**

A maternidade não é nada fácil. Estou sempre exausta, não sei o que é dormir uma noite inteira desde que minha filha nasceu. Não consigo mais fazer tantas coisas como antes, porque o cuidado materno é um trabalho que sobrepõe todos os outros.

Agendas até tarde? Não consigo mais como antes. Reuniões que mudam de data e horário em cima da hora? Provavelmente não terei com quem deixar minha filha. Certa vez precisei levar a pequena para uma agenda super importante: a sala de reunião ficou tomada de iogurte e granola, eu só ouvi metade das falas e não consegui sequer organizar bem meu pensamento para opinar. No meio da noite, com toda razão, ela já estava gritando: "bora, mamãe".

A política ainda é pouco acolhedora para os pequenos e nós temos que mudar essa realidade. Por isso, é fundamental ter mais mães nos espaços políticos. Porque só uma mãe sabe as dificuldades de uma outra mãe. E o mundo é feito de mães, a

roda só gira com mães e não é possível que os perrengues daquelas que fazem a vida acontecer sejam tão invisibilizados – muitas vezes sem rede de apoio, sem creche, sem políticas que deem algum suporte para o maternar.

Há muitas mães desesperadas que não podem nem devem esperar. E há um mundo que só funciona com o sacrifício das mulheres, a maioria mães, a maioria pretas. E já chega de se sacrificar. Definitivamente, nenhuma de nós quer padecer no paraíso!



Enquanto estive à frente da Liderança do PSOL, muitas vezes precisei levar Moana Mayalú para as sessões do plenário. Aquele lugar fica menos hostil quando ela está comigo. Mas se isso é potente, não tem nada de romântico. O Congresso Nacional não é um espaço preparado para nós, mães, e nossas crianças. Raros são os espaços que estão prontos para nos receber.

Mas o que fazer, já que a nossa licença maternidade é só de 4 meses? O que fazer se não tem espaço de cuidado noturno para as crianças? O que fazer se, para maioria, sequer tem creche durante o dia?

Não importa se há milhares de mulheres trabalhando na Câmara e no Senado diariamente. As mães que se virem!

E a pergunta que insisto em trazer é: onde estão os filhos de todos os homens que ali estão? Quando vamos fazer essa engrenagem de moer mães parar? Quando vamos discutir seriamente licença parental, ampliação de licença maternidade, reconhecimento de trabalho reprodutivo e cuidado materno como trabalho? Quando o Parlamento brasileiro – o centro da política do país – vai dar prioridade a pautas que envolvem o direito de gestar, parir e maternar com dignidade?

Esses quandos precisam ser já. Há muitas mães desesperadas que não podem nem devem esperar. E há um mundo que só funciona com o sacrifício das mulheres, a maioria mães, a maioria pretas. E já chega de se sacrificar. Definitivamente, nenhuma de nós quer padecer no paraíso!



TALÍRIA PETRONE É PROFESSORA DE HISTÓRIA E DEPUTADA FEDERAL PELO PSOL RJ

A luta das mulheres amazônidas: em defesa das nossas vidas e territórios

por **Vivi Reis**

A Região Amazônica tem sido alvo sistemático de ataques promovidos por aqueles que querem ver a boiada passar por cima de nossa floresta e nossos corpos. Além da pandemia, a Amazônia sofre com o avanço do desmatamento, a violência contra ativistas, a violação dos direitos dos povos tradicionais e os assassinatos de defensores do meio ambiente e dos direitos humanos. Sofre também com a implantação de medidas que fragilizam cada vez mais a legislação ambiental através da aprovação na Câmara de projetos de lei como o PL 3729, que flexibilizou as regras de licenciamento, ou o PL 6299, o chamado projeto do veneno, que tornou ainda mais fácil o registro e comercialização de agrotóxicos no país. Em todas essas votações, a bancada do PSOL se manteve firme na defesa da vida contra os interesses do grande capital. E continua mobilizada, quando travamos no Parlamento mais uma batalha,

desta vez contra o PL 191, que libera a exploração de minérios em terras indígenas.

Hoje, quem mais faz ecoar as lutas pelos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e das periferias são as vozes das mulheres, que em 2021 ocuparam Brasília na luta contra o Marco Temporal e na II Marcha de Mulheres Indígenas.

Durante o governo Bolsonaro, os ataques aos direitos dos povos indígenas e quilom-

bolas têm sido recorrentes. Cabe destacar a ação violenta dos donos de garimpo que invadiram e depredaram a sede da Associação das Mulheres Munduruku, em Jacareacanga (PA), e ainda incendiaram a casa da presidenta da Associação, a liderança indígena Maria Leusa Munduruku. O final do ano passado também foi marcado pela invasão e furto na casa de Alessandra Korap Munduruku, uma das mulheres indígenas brasileiras que se destacaram na COP26. Esses episódios são só alguns dentre os inúmeros ataques que as lideranças femininas vêm sofrendo em nossa região.



Somado a isso, mulheres do campo e das periferias das cidades da Amazônia sofrem com a dificuldade no acesso a políticas públicas, como saúde integral e creches, tão fundamentais para a garantia da vida das mulheres. Durante o período mais crítico da pandemia, o Pará ficou tristemente marcado por liderar os casos de

feminicídio no Brasil, refletindo uma realidade que não é muito diferente nos demais estados da Região Norte. Apesar disso – e por conta de serem as mais expostas às violências do avanço do capitalismo –, as mulheres amazônidas resistem!

Hoje, quem mais faz ecoar as lutas pelos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e das periferias são as vozes das mulheres, que em 2021 ocuparam Brasília na luta contra o Marco Temporal e na II Marcha de Mulheres Indígenas. Bravamente enfrentaram e seguem de punhos erguidos contra o programa genocida de Bolsonaro.

É fundamental reverberar a voz e o espaço das mulheres amazônidas. E principalmente, garantir as nossas vidas e territórios. Isso perpassa pela luta constante contra o modus operandi do capital, que coloca o lucro acima das vidas, e pela máxima de “Fora, Bolsonaro!”, que hoje é quem expressa e opera uma política de morte ao povo brasileiro. Nossa luta deve ser feminista, decolonialista, ecossocialista, antirracista e anticapitalista!



**VIVI REIS É FISIOTERAPEUTA E
DEPUTADA FEDERAL PELO PSOL PA**

Mulheres contra a destruição: Liderança feminina no enfrentamento à mineração em Minas

por **Aurea Carolina**

“Maria Betânia é meu nome. Eu sou produtora rural. Vim pra cá produzir alimentos sem contaminação. Depois do rompimento da barragem a relação com o cliente foi cortada, sabe? Porque o cliente acredita que tá tudo contaminado, né? E como na minha produção meu carro chefe é o peixe, as pessoas associam o peixe com a água, com o rio e com a lama”.

“Eu sou a Cláudia. Eu participo atualmente de três grupos de frente para tentar que a Vale nos dê uma reparação pelo menos mais justa do que a que ela está nos proporcionando. Reparação, como eu digo, pelas violações causadas por ela”.

“Eu sou Fernanda, represento hoje o Comitê Popular da Zona Rural de Brumadinho e o Fórum de Atingidos e Atingidas pelo crime da Vale. Eu trabalhava num condomínio, como auxiliar administrativo, tinha um projeto de agricultura familiar solidária, ministrava cursos de horticultura orgânica, tinha parceria com uma pousada, um restaurante e era mãe. Mãe, agricultora, empreendedora social. A lama, ela não passou no meu quintal, ela passou na minha alma. Ela passou nos meus sonhos, na perspectiva de futuro minha e dos meus filhos”.



Betânia, Cláudia e Fernanda são moradoras de comunidades da região de Brumadinho, atingida em 2019 pelo crime da Vale e seu mar de lama. Suas falas revelam uma realidade que se estende pelas regiões atingidas pela mineração: mulheres que tiveram a vida profundamente impactada e que assumiram a defesa de suas comunidades.

Nos contextos socioeconômicos em que a sanha predatória neoliberal se instala, as mulheres – sobretudo mulheres negras e indígenas – ficam imediatamente expostas a todo tipo de violação de direitos. No caso da mineração, temos um longo período de exploração desenfreada dos ecossistemas em nome do lucro e da acumulação de riqueza excessiva, com impactos destrutivos que aprofundam a vulnerabilidade e a pobreza das mulheres. Enfrentando o machismo que limita o seu acesso às medidas de reparação que deveriam ser garantidas pelas mineradoras, elas se

unem em resistência contra os danos causados em suas comunidades.

Organizadas ou não em movimentos, são agricultoras, pesquisadoras, ambientalistas, parlamentares dispostas a contrapor o modelo minerodependente em Minas Gerais. Mulheres preocupadas com a água e a ameaça de uma crise hídrica, a destruição do patrimônio natural, a vida de seus filhos, familiares e vizinhos, orquestrando a partir da luta a vida vivível e possível no cenário da exploração.

É do protagonismo dessas mulheres que vislumbramos possibilidades de frear a destruição que constitui a extração de minérios no país. É a partir da ação coletiva e sistemática que buscamos impedir que os impactos devastadores da mineração sigam avançando sobre a vida das mulheres e suas comunidades.

É por uma chance de futuro digno para todas nós!



**AUREA CAROLINA É CIENTISTA
POLÍTICA E DEPUTADA FEDERAL
PELO PSOL MG**

Mulheres negras e a violência política

por **Deise Benedito**

A primeira mulher negra a ser eleita para uma Assembleia Legislativa no Brasil foi Antonieta de Barros em 1934. De lá para cá, os avanços foram inegáveis, mas ainda há um longo caminho com inúmeros desafios, entre eles o enfrentamento ao racismo, machismo, misoginia, LGBTfobia e à desqualificação das potencialidades no exercício do mandato.

A participação política de mulheres vem crescendo, mas quando se trata especificamente das mulheres negras o déficit é muito grande. Ainda que uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) tenha estabelecido uma cota de 30% para candidaturas de mulheres nos partidos, a questão racial é preocupante.

O número de mulheres eleitas em 2018 cresceu 52,6% em relação a 2014. Foram eleitas 290 mulheres. Para a Câmara Federal, foram 77, sendo 13 delas negras e uma indígena. No Senado Federal, foram 7

senadoras, o que significa 13% do total de parlamentares, porém nenhuma negra.

Um fenômeno que vem atingindo as mulheres negras que ousam a ocupar espaços na política, no interior dos partidos se destacando como lideranças, locais e nacionais, é o crescimento da violência política. Temos como exemplo o cruel e desumano assassinato da vereadora Marielle Franco, ocorrido há 4 anos e até o momento sem solução.

A vulnerabilidade das mulheres negras na condição de parlamentares é cada vez mais grave. Elas são ostensivamente desrespeitadas no exercício da sua função, nos debates no Parlamento, desqualificadas na sua capacidade de oratória, postura política, ameaçadas sistematicamente através de olhares intimidatórios, perseguições por veículos entre os locais de trabalho e as residências, quando não, ameaçadas de morte pelas redes sociais.

As mulheres negras, no exercício de seus mandatos nas esferas municipal, estadual e federal, em particular as ligadas a partidos de esquerda como as parlamentares negras do PSOL, experimentam violações de direitos com maior frequência, o que compõe, sem dúvida, um cenário preocupante.

Nesse sentido, a violência política deve ser entendida como forma cruel e perversa que contribui para o aviltamento da dignidade do ser mulher no Parlamento, um espaço secularmente masculino, heteronormativo, racializado.

A luta das mulheres negras parlamentares é para denunciar as formas de racismo e de exclusão, a situação de miséria, a extrema pobreza, o analfabetismo, a precarização do atendimento dos serviços de saúde, a ausência de moradia digna, o extermínio da juventude negra, a violência doméstica e o encarceramento em massa.

As parlamentares negras do PSOL têm feito um trabalho que estabelece diálogo com o movimento negro, lideranças de mulheres negras, entre outros grupos, objetivando que todos os atores sociais possam ressignificar seus olhares e perceber as atitudes racistas impostas através da violência política.

A luta das mulheres negras parlamentares é para denunciar as formas de racismo e de exclusão, a situação de miséria, a extrema pobreza, o analfabetismo, a precarização do atendimento dos serviços de saúde, a ausência de moradia digna, o extermínio da juventude negra, a violência doméstica e o encarceramento em massa.

Se o objetivo da violência política é intimidar e silenciar as parlamentares negras, principalmente as do PSOL, não conseguirão. Na verdade, nos fortalecem. Nenhuma mulher será interrompida!



DEISE BENEDITO É MILITANTE DO MOVIMENTO NEGRO, MESTRE EM DIREITO E CRIMINOLOGIA E ASSESSORA DO PSOL NA CÂMARA



**21 anos de luta por
justiça para
Marielle Franco!**

**DIVERSAS
MAS NÃO
DISPERSAS**



vivas ***nos Queremos!***

**Iniciativas do PSOL
na Câmara para
combater o machismo**





Propostas Legislativas



PL 1123/11

Prevê punição e mecanismos de fiscalização contra a desigualdade salarial entre homens e mulheres.



PL 5002/13

Dispõe sobre o direito à identidade de gênero



PL 10502/18

Declara a tenista Maria Esther Bueno patrona do tênis brasileiro.



PL 502/19

Institui o programa "Escola Sem Mordaza" em todo o território nacional.



PL 3741/19

Cria o Programa Escola sem Discriminação de educação para o combate à violência contra LGBTs voltado a professores de instituições públicas e dá outras providências.



PL 877/19

Altera a lei 10.714/2003, com o objetivo de ampliar a divulgação do Disque 180.



PL 851/19

Dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de placa informativa da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 em estabelecimentos públicos e privados e locais de grande circulação de pessoas



PL 852/19

Institui a "Campanha Nacional Maria da Penha nas Escolas" e dá outras providências.



PL 853/19

Acrescenta ao calendário oficial a "Semana Nacional de Conscientização sobre Direitos das Gestantes", a ser celebrada anualmente em 15 de agosto, e dá outras providências.



PL 855/19

Institui a licença parental em todo território nacional.



PL 878/19

Dispõe sobre a humanização da assistência à mulher e ao neonato durante o ciclo gravídico-puerperal e dá outras providências.



PL 516/22

Cria a lei - Leliane Gomes da Cruz - que institui a Política Nacional de Promoção do Parto Humanizado, Digno e Respeitoso (PNP-PHDR) e dá outras providências.



PL 6366/19

Institui o Dia Nacional das Defensoras e Defensores de Direitos Humanos.



PL 4796/20

Estabelece cláusula de não discriminação de crianças, adolescentes e pretendentes no processo de adoção.



PL 1552/20

Dispõe sobre a proteção de mulheres em situação de violência durante a vigência do estado de calamidade pública, com efeitos até 31 de dezembro de 2020



PL 2434/20

Estabelece suspensão temporária de posse, porte e registro de armas de fogo à denunciados, inquiridos e réus em processo de violência doméstica, a fim de reduzir os impactos da quarentena provocada pela pandemia provocada pelo novo coronavírus -COVID-19



PL 2508/20

Dispõe sobre a operacionalização do pagamento da Renda Básica Emergencial, para assegurar à mulher provedora a concessão do benefício, salvo se comprovada a guarda unilateral do homem provedor; e dá outras providências.



PL 2765/20

Institui normas de caráter transitório e emergencial para proteção de bebês e puérperas durante a vigência da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020; do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 06, de 2020; ou, transcorridas suas vigências, enquanto durarem medidas de quarentena e restrições de atividades no contexto da pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2).



PL 2968/20

Altera a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, para prorrogar o pagamento do auxílio emergencial por 12 meses para beneficiários que sejam provedores de família monoparentais



PL 3791/20

Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para estabelecer critérios de gênero e renda nas políticas de testagem para a COVID-19.



PL 3932/20

Determina o afastamento do trabalho presencial de trabalhadoras gestantes enquanto persistir a vigência do Decreto Legislativo nº 6, de 2020.



PL 4297/20

Dispõe sobre a criação de zona de proteção no entorno dos estabelecimentos de saúde que prestam o serviço de aborto legal e serviços que prestam atendimento especializado a mulheres vítimas de violência sexual.



PL 4399/20

Institui o dia 29 de agosto como o "Dia Nacional da Visibilidade Lésbica".



PL 5208/20

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estender às vítimas de crimes contra a dignidade sexual o atendimento especializado destinado às vítimas de violência doméstica.



PL 5295/20

Cria mecanismos de enfrentamento ao assédio e à violência política contra mulheres candidatas e no exercício da vida política.



PL 4389/21

Dispõe sobre a escolha e a anuência do uso de métodos e técnicas de concepção e contracepção da pessoa sobre a qual tais métodos e técnicas recaiam.



PL 888/21

Dispõe sobre a aplicação de recursos oriundos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e do Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos (Fundo Partidário) para promoção de candidaturas por meio da inclusão dos gastos com atividades de cuidado nas despesas de campanha.



PL 1405/21

Inclui pessoas gestantes ou puérperas entre os grupos prioritários para imunização no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação Contra a COVID-19, e dá outras providências.



PL 1974/21

Dispõe sobre o instituto da Parentalidade em todo Território Nacional e altera as Leis 5.452, de 1º de Maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), 8112/1990 (Regime Jurídico dos Servidores), 8212/1991 (Lei Orgânica da Seguridade Social), 8213/1991 (Regime Geral da Previdência Social) e 11770/2008 (Empresa Cidadã).



PL 2348/21

Dispõe sobre a criação de Delegacias Especializadas em Atendimento à Mulher, nos municípios com mais de sessenta mil habitantes.



PL 2757/21

Altera a Lei nº 8213/1991, de 24 de julho de 1991 para dispor sobre a aposentadoria por cuidados maternos.



PL 4186/21

Altera o art. 206 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para o fim de fixar em 20 anos o prazo prescricional da pretensão de reparação civil das vítimas de crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes.



PEC 38/15

Dá nova redação ao § 1º do art. 58 da Constituição Federal, para garantir a representação proporcional de cada sexo na composição das Mesas e Comissões do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.



PLP 35/19

Altera o caput e o parágrafo único do art. 2º e o caput do art. 3º da Lei Complementar nº 78, de 30 de dezembro de 1993, que disciplina a fixação do número de Deputados, para criar cota para cada sexo.



PRC 20/21

Dispõe sobre a criação do Observatório da Violência Política no âmbito da Câmara dos Deputados e dá outras providências.



PRC 31/21

Altera o Código de Ética da Câmara dos Deputados para dispor sobre a paridade na composição do Conselho de Ética e a violência contra mulheres enquanto circunstância agravante para fins de sanção disciplinar

+38 milhões

**em emendas
destinadas
às mulheres e
ao combate
ao machismo**

entre 2019 e 2022

PSOL na Câmara

Instituto Patricia Galvão

R\$ 200 MIL (2022)
Dep. Luíza Erundina (PSOL SP)

Banco de Leite do Hospital-Maternidade Mario Dutra de Castro

R\$ 500 MIL (2021)
Dep. Glauber Braga (PSOL RJ)

Hospital Municipal da Mulher (Cabo Frio)

R\$ 1 MILHÃO (2021)
Dep. Glauber Braga (PSOL RJ)

Prefeitura Municipal de Cantagalo

R\$ 500 MIL (2021 E 2022)
Dep. Glauber Braga (PSOL RJ)

Centro de Especialização da Saúde da Mulher (CESM) Três Rios

R\$ 800 MIL (2021 E 2022)
Dep. Glauber Braga (PSOL RJ)

Maternidade Alzira Reis

R\$ 1,2 MIL (2020)
Dep. Talíria Petrone (PSOL RJ)

Policlinica Malu Sampaio

R\$ 700 MIL (2020)
Dep. Talíria Petrone (PSOL RJ)

Pretas Prósperas

R\$ 200 MIL (2021)
Dep. Talíria Petrone (PSOL RJ)

Trabalho, renda e enfrentamento à pandemia: a inovação social das mulheres negras da Zona Oeste do Rio – Projeto de Extensão

R\$ 250 MIL (2021)
Dep. Talíria Petrone (PSOL RJ)

Mapeamento Social cultural e de Empregabilidade e Renda das Mulheres Lésbicas e Bissexuais das Favelas de Niterói e São Gonçalo (GSEX)

R\$ 200 MIL (2021)
Dep. Talíria Petrone (PSOL RJ)

Casa da Mulher Sambista

R\$ 300 MIL (2022)
Dep. Talíria Petrone (PSOL RJ)

Capacitar e promover formação de mulheres defensores de direitos humanos (DDH) nas favelas e periferias do Rio de Janeiro

R\$ 400 MIL (2022)
Dep. Talíria Petrone (PSOL RJ)

Casa de Parto David Capistrano

R\$ 2,1 MILHÕES (2021)
Dep. Talíria Petrone (PSOL RJ)

CAISM – Hospital da Mulher da UNICAMP

R\$ 500 MIL (2022)
Dep. Sâmia Bomfim (PSOL SP)

SERAVI – Serviço de Responsabilização e Educação ao Autor de Violência de Campinas/SP

R\$ 400 MIL (2022)
Dep. Sâmia Bomfim (PSOL SP)

Casa de Passagem e Acolhimento para Mulheres Vítimas de Violência de Gênero de Osasco/SP

R\$ 800 MIL (2022)
Dep. Sâmia Bomfim (PSOL SP)

Casa Abrigo “O Amor é a Resposta” em Presidente Prudente/SP

R\$ 185 MIL (2022)
Dep. Sâmia Bomfim (PSOL SP)

Hospital Maternidade Municipal Vila Nova Cachoeirinha/SP

R\$ 500 MIL (2021)
Dep. Sâmia Bomfim (PSOL SP)

Hospital Municipal Prof. Dr. Waldomiro de Paula/SP

R\$ 400 MIL (2021)
Dep. Sâmia Bomfim (PSOL SP)





**Hospital Municipal
Euryclides de Jesus
Zerbini (Hospital da
Mulher) e Casa da
Gestante, Bebê e
Puérpera Dr Aldo
Arenella**

R\$ 375 MIL (2021)
Dep. Sâmia Bomfim (PSOL SP)

**Programa Casa Abrigo
Regional – Grande ABC**

R\$ 600 MIL (2021)
Dep. Sâmia Bomfim (PSOL SP)

**Hospital da Mulher
Prof. Dr. J. A. Pinotti –
CAISM/Unicamp**

R\$ 450 MIL (2020)
Dep. Sâmia Bomfim (PSOL SP)

**Município de São José do
Rio Preto/SP - Aquisição
de Mamógrafo**

R\$ 900 MIL (2020)
Dep. Sâmia Bomfim (PSOL SP)

**Tecnologias Sociais de
Acesso à água nas
comunidades
tradicionais e
periféricas da Bacia do
Rio das Velhas e do
Paraopeba (UFMG)**

R\$ 300 MIL (2020)
Dep. Áurea Carolina (PSOL MG)

**Fórum da Mulher do
Jequitinhonha (UFMG)**

R\$ 195 MIL (2020)
Dep. Áurea Carolina (PSOL MG)

**Residencial Estudantil
Feminino do IFNMG**

R\$ 300 MIL (2020)
Dep. Áurea Carolina (PSOL MG)

**Casa da Gestante, Bebê
e Puérperas do
Hospital Risoleta
Tolentino Neves**

R\$ 1.160.709 MILHÃO (2020)
Dep. Áurea Carolina (PSOL MG)

**Custeio de unidades de
saúde materno e
neonatal do Hospital
Sofia Feldman**

R\$ 750 MIL (2020)
Dep. Áurea Carolina (PSOL MG)

**Projeto de formação
das Doulas das
maternidades Risoleta
Tolentino Neves e Sofia
Feldman**

R\$ 416 MIL (2020)
Dep. Áurea Carolina (PSOL MG)

FIOCRUZ

R\$ 541.561 MIL (2020)
Dep. Áurea Carolina (PSOL MG)

Núcleo De Direitos Humanos E Cidadania LGBT (UFMG)

R\$ 160 MIL (2021)
Dep. Áurea Carolina (PSOL MG)

Rio Lilás: Gestão Das Águas Pelas Mulheres (UFMG) - 2 fases

R\$ 100 MIL (2021) e R\$ 200 MIL (2022)
Dep. Áurea Carolina (PSOL MG)

Núcleo Jurídico de Diversidade Sexual e de Gênero (UFMG)

R\$ 150 MIL (2021)
Dep. Áurea Carolina (PSOL MG)

Projeto Njinga - Coletivo Mães Pretas da Congada

R\$ 155.247 MIL (2021)
Dep. Áurea Carolina (PSOL MG)

Programa Casa Das Mulheres (UFV)

R\$ 349,9 MIL (2021)
Dep. Áurea Carolina (PSOL MG)

Antes Prevenir Que Remediar: Rastreio Do Câncer Do Colo Do Útero Em Mulheres Privadas De Liberdade

R\$ 415.933 MIL (2021)
Dep. Áurea Carolina (PSOL MG)

Produção De Alimentos Saudáveis Por Jovens E Mulheres E Geração De Renda

R\$ 150 MIL (2021)
Dep. Áurea Carolina (PSOL MG)

Perto das mulheres, perto da terra: outras economias e circuitos de produção, comercialização e consumo de comida de verdade em territórios da Região Metropolitana de Belo Horizonte

R\$ 200 MIL (2022)
Dep. Áurea Carolina (PSOL MG)

Fortalecimento e autonomia para mulheres quilombolas do município Chapada do Norte

R\$ 103.666 MIL (2022)
Dep. Áurea Carolina (PSOL MG)

Mulheres em roda: agroecologia, memória e saúde - Rede de Intercâmbio

R\$ 250 MIL (2022)
Dep. Áurea Carolina (PSOL MG)



**Garantia do Direito à
saúde das mulheres e
dos recém nascidos de
alto risco e
Manutenção da
Unidade Carlos Prates
do Ambulatório da
Mulher e da Criança**

R\$ 1.090.000 MILHÃO (2021)
Dep. Áurea Carolina (PSOL MG)

**Associação de Ciências
e Saberes para o
Etnodesenvolvimento -
Ayó**

R\$ 400 MIL (2021)
Dep. Áurea Carolina (PSOL MG)

**Maternidade Do
Hospital Risoleta
Tolentino**

R\$ 1.842.806 MILHÃO (2021 e 2022)
Dep. Áurea Carolina (PSOL MG)

**Garantia Do Direito A
Saúde Das Mulheres E
Dos Recém Nascidos De
Alto Risco - Hospital
Sofia Feldman**

R\$ 4,5 MILHÕES (2021 e 2022)
Dep. Áurea Carolina (PSOL MG)

Casa Tina Martins

R\$ 350 MIL (2022)
Dep. Áurea Carolina (PSOL MG)

Periferia Viva Mulher

R\$ 250 MIL (2022)
Dep. Áurea Carolina (PSOL MG)

**Profissionais do sexo:
trabalho, saúde e
autonomia e
Atendimento à
Violência Sexual na
Atenção Básica**

R\$ 429.136.000 MILHÕES (2022)
Dep. Áurea Carolina (PSOL MG)

**Teatro Popular
Terreira da Tribo**

R\$ 1.500.000 MILHÃO (2021)
Dep. Fernanda Melchionna (PSOL RS)

**Projeto Vans do Direito
da Defensoria Pública
do Estado do Rio
Grande do Sul**

R\$ 400 MIL (2021)
Dep. Fernanda Melchionna (PSOL RS)

**Hospital Maternidade
Presidente Vargas**

R\$ 1 MILHÃO (2020)
Dep. Fernanda Melchionna (PSOL RS)



Penitenciária Feminina Madre Pelletier

R\$ 450 MIL (2021)
Dep. Fernanda Melchionna (PSOL RS)

Projeto de inovação social, empreendedorismo e gestão de pequenos negócios entre mulheres em situação de vulnerabilidade

R\$ 70 MIL (2021)
Dep. Fernanda Melchionna (PSOL RS)

Patrulha Maria da Penha (Alegrete/RS)

R\$ 174 MIL (2020)
Dep. Fernanda Melchionna (PSOL RS)

Patrulha Maria da Penha (Guaíba)

R\$ 174 MIL (2020)
Dep. Fernanda Melchionna (PSOL RS)

IFFar livre de preconceito.

R\$ 250 MIL (2020)
Dep. Fernanda Melchionna (PSOL RS)

Penitenciária Feminina (Guaíba)

R\$ 225 MIL (2020)
Dep. Fernanda Melchionna (PSOL RS)

Patrulha Maria da Penha (Novo Hamburgo)

R\$ 174 MIL (2020)
Dep. Fernanda Melchionna (PSOL RS)

Espaço Transcender - Policlínica do Rosário

R\$ 500 MIL (2020)
Dep. Fernanda Melchionna (PSOL RS)

Casa Frida Kahlo - Implementação da Política de Igualdade de Gênero e Suporte à Mulheres Camponesas na UFSM

R\$ 400 MIL (2021)
Dep. Fernanda Melchionna (PSOL RS)

Centro de Referência da Mulher - São Carlos

R\$ 1,3 MILHÕES (2020 e 2021)
Dep. Ivan Valente (PSOL SP)

Hospital da Mulher Prof. Dr. J. A. Pinotti - UNICAMP

R\$ 2.829.986 MILHÕES (2021 e 2022)
Dep. Ivan Valente (PSOL SP)

Casa de Parto de Belém

R\$ 4 MILHÕES (2021)
Dep. Vivi Reis (PSOL PA)



Casa de Parto de Castanhal

R\$ 200 MIL (2021)
Dep. Vivi Reis (PSOL PA)

Projetos de defesa da dignidade menstrual e distribuição de absorventes

R\$ 100 MIL (2021)
Dep. Vivi Reis (PSOL PA)

Atividades de formação e programas sociais.

R\$ 520 MIL (2021)
Dep. Vivi Reis (PSOL PA)

Projeto de Audiovisual voltado para Mulheres.

R\$ 89 MIL (2020)
Dep. Vivi Reis (PSOL PA)

Aquisição de equipamentos, como mamógrafo, para a saúde da mulher

R\$ 1.190.00 MILHÕES (2021)
Dep. Vivi Reis (PSOL PA)

Apoio ao acesso e permanência de jovens mulheres e quilombolas na educação profissional e tecnológica no IFPA Campus Castanhal.

R\$ 300 MIL (2021)
Dep. Vivi Reis (PSOL PA)

